



GT01 Teorias Sociológicas: Desafios Perenes e Questões Emergentes

O paradigma weberiano e a perspectiva da virada cosmopolita de Ulrich Beck: modernidades múltiplas ou multiplicidade da modernidade?

DÉBERSON FERREIRA JESUS¹
Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Federal de Mato Grosso

Brasília

2017

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP-UFSC) sob orientação da Professora Doutora Júlia S. Guivant. Servidor da Universidade Federal de Mato Grosso e pesquisador colaborador do Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade – IRIS – UFSC. E-mail: debersonjesus@gmail.com.

Introdução

Este trabalho é parte de um projeto que tem como objetivo dialogar com as principais vertentes da teoria sociológica contemporânea, tendo como eixo estruturante para o debate, o projeto teórico metodológico iniciado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck.

Neste ensaio se propõe discutir um ponto de interconexão entre as possibilidades de atualização de Max Weber nos marcos do chamado "paradigma weberiano" e a perspectiva da "virada cosmopolita" de Beck. Na primeira parte apresentamos a crítica dos estudos pós-coloniais para os estudos da modernidade em sua superação da polaridade ocidente/resto no qual Beck alicerça sua proposta de virada cosmopolita. Na segunda parte, colocamos a análise neoweberiana de Shmuel Einsenstad sobre a "teoria da multiplicidade da modernidade" em comparação com o uso de Beck da "teoria das modernidades múltiplas".

Um dos problemas (talvez o mais importante) dentre os clássicos da sociologia (Durkheim, Weber e Marx) era explicar o surgimento, transição e as "configurações" da modernidade. Durkheim e Marx organizaram suas teorias da modernidade a partir da transição do tradicional para o moderno, através da dicotomia solidariedade mecânica/orgânica para o primeiro e da sucessão de modos de produção para o segundo. Weber, todavia, foi o autor que para além desta dicotomia básica, integrou a ela um procedimento comparativo, em que a definição de moderno surge como variante contingente, ao lado de outras possibilidades históricas de racionalismo, e não, tal como Durkheim e Marx, como uma forma civilizacional exclusiva ocidental e eurocêntrica. Deste modo, ao retornarmos as contribuições de Weber, conferimos ênfase a atualidade do paradigma (ou programa de pesquisa) weberiano para compreender aspectos importantes da teoria social contemporânea.

Beck, por sua vez, argumenta que a teoria da segunda modernidade, como qualquer outra teoria da sociedade, não pode simplesmente ser "aplicada" em contextos diferentes, em diferentes partes do mundo; nem pode operar em nível global. Estes conceitos têm de ser desconstruídos e redefinidos para diferentes situações sociais e históricas. Esse novo olhar (que não estava presente em sua teoria até o final da década de 1990), marca uma das

intersecções entre esta perspectiva e os estudos pós-colonialistas na medida em que corrobora das ideias que os vários processos de modernização social foram entrelaçados desde o início. Por conseguinte, as sociedades individuais foram amarradas em complexas relações de dependência. (BECK e GRANDE, 2010, p.413).

Tal como o moderno é um variante contingente em Weber, a “virada cosmopolita” de Beck é também uma crítica as premissas universalistas as expectativas de sua teoria inicial da modernização reflexiva² tendo como referência a multiplicidade da modernidade dos estudos pós-coloniais. A análise neweberiana de Shmuel Eizenshtad em sua perspectiva culturalista, considerando a mesma contingência chega a um resultado parecido por meio do reconhecimento de modernidades múltiplas. Todavia, o que significa, efetivamente, para a teoria sociológica os conceitos de modernidades múltiplas ou multiplicidade da modernidade? Esta é a questão chave que guia o debate apresentado nos tópicos subsequentes.

Teorias pós-Coloniais: a superação da polaridade ocidente/resto

Sérgio Costa apresenta no artigo “Desprovincializando a Sociologia” - A contribuição pós-colonial (COSTA, 2006) uma interessante reflexão sobre a multiplicidade da modernidade a partir de uma explanação do “estado da arte” sobre os estudos pós-coloniais e sua contribuição para as ciências sociais. De caráter bibliográfico, o texto elabora um sintético mapeamento das principais fontes e discursividades desta produção acadêmica em seus principais referenciais³, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados e, em última instância, discutindo o caráter da crítica que os estudos pós-coloniais endereçam às ciências sociais.

A partir de um debate sobre as alternativas epistemológicas pós-coloniais, considerando a crítica ao modernismo como teleologia da história; a busca de um lugar de enunciação “híbrido” pós-colonial e a crítica à concepção de sujeito das ciências sociais, Costa (2006) conclui que a apesar da suspeita crítica de

² Sobre a Modernização Reflexiva ver Beck, 1997, 2010.

³ O texto traz resumidamente as contribuições para os estudos pós-coloniais de Homi Bhabha, Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak, Stuart Hall, Paul Gilroy, Nederveen Pieterse, entre outros que teriam fundamentado as análises tais como a crítica foucaultiana à “episteme” das ciências humanas.

que a teoria pós-colonial implode a base epistemológica das ciências sociais, de fato, boa parte desta crítica destina-se as a teorias da modernização e não ao conjunto da teoria social.

Segundo Costa (2006), os estudos pós-coloniais são uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade.

A abordagem pós-colonial constrói, sobre a evidência – diga-se, trivializada pelos debates entre estruturalistas e pós-estruturalistas – de que toda enunciação vem de algum lugar, sua crítica ao processo de produção do conhecimento científico que, ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como a cultura nacional nos países europeus, reproduziria, em outros termos, a lógica da relação colonial. Tanto as experiências de minorias sociais como os processos de transformação ocorridos nas sociedades “não ocidentais” continuariam sendo tratados a partir de suas relações de funcionalidade, semelhança ou divergência com o que se denominou centro. (COSTA, 2006 p.117)

Apresentando a crítica de Stuart Hall (1996), Costa (2006) mostra que a polaridade entre o Ocidente e o resto do mundo (*West/Rest*) se encontra na base de constituição das ciências sociais em geral, e sobretudo na base da narrativa histórica adotada pelas ciências sociais modernas. Segundo o autor, “trata-se de uma grande narrativa centrada no Estado-nação “ocidental” e que reduz a história moderna a uma ocidentalização paulatina e heroica do mundo. ” (COSTA, 2006 p.119).

O discurso *West/Rest*, segundo Hall (1996 apud COSTA, 2006) se torna um dos fundamentos da sociologia moderna que toma as normas sociais, as estruturas e os valores encontrados nas sociedades denominadas ocidentais como o parâmetro universal que define o que são sociedades modernas.

Sob a lente da sociologia, as teorias gerais da modernidade, bem como as teorias contemporâneas que visam um arcabouço teórico para compreender a configuração societária atual a partir das transformações visualizadas pelo Ocidente “moderno”, as especificidades das sociedades “não ocidentais” passam a figurar, segundo Hall (1996 apud COSTA, 2006), como ausência e incompletude, em face do padrão moderno, depreendido exclusivamente das “sociedades ocidentais”.

A crítica de Hall também é válida para as formulações de Beck em *Sociedade do Risco* (BECK, 2010) e *Modernidade reflexiva* (BECK, 1997). Costa (2004) apresenta objetivamente com base nos fundamentos pós-coloniais que a teoria desenvolvida até então por Beck teria sérios problemas relacionados a ocidentalização, evolucionismo, linearidade e eurocentrismo nas formulações da modernização reflexiva e da Sociedade Global de Risco.

Segundo Costa (2004 p.95), Beck a partir de sua experiência, racionalidade e processo de modernização vivida na Europa Ocidental, elege a reflexividade como categoria que baliza o estudo das mudanças mundiais. Deste modo, em vez de considerar a diversidade dos padrões de transformação nas diferentes regiões do mundo, “sua perspectiva de análise acaba descrevendo a globalização como o processo evolucionista e monocêntrico de expansão de uma certa ‘constante’ social, a reflexividade”.

Beck, na primeira década do século XXI, formou uma ampla rede e agenda de pesquisa associada para repensar as “lacunas” teóricas, metodológicas e empíricas para fazer avançar seu projeto de teoria social. Como resultados destes trabalhos observa-se que o autor, admite o erro e limitações da ocidentalização, evolucionismo, linearidade e eurocentrismo na conceitualização da modernização reflexiva e da Sociedade Global de Risco. Para a superação o autor propõe a chamada “virada cosmopolita”⁴ na teoria social e política.

É extenso e complexo o que Beck chama de “virada cosmopolita”, todavia, poderia ser resumida para fins didáticos em três pontos de implicação: (1), efetuar a mudança de paradigma do “nacionalismo metodológico” para o “cosmopolitismo metodológico”; (2) repensar as ciências sociais considerando as variedades da modernidade e suas interdependências globais, cuja construção da teoria social e política devem reconhecer a pluralidade da modernização e; (3) firmar uma reorientação empírica no sentido de cosmopolitização como a força social para as questões das realidades cosmopolitas emergentes.

Segundo Beck e Sznaider (2006) superar o “nacionalismo metodológico”, que engloba a sociedade abaixo do Estado-nação, tem sido até agora uma tarefa

⁴ Para mais detalhes ver Beck, 2000, 2006; Beck e Sznaider, 2006; Beck e Grande, 2010; Beck e Levy, 2013, Beck et al, 2013.

quase impossível, contudo, o compromisso intelectual de “guinada” para o “cosmopolitismo metodológico” é uma tarefa transdisciplinar, que inclui a geografia, antropologia, etnologia, relações internacionais, direito internacional, filosofia política e teoria política e, principalmente, sociologia e teoria social. Sua agenda de pesquisa para a alternativa, uma “visão cosmopolita”, abriria novos horizontes à investigação empírica para além das fronteiras do Estado-nação e outros fenômenos transnacionais.

Segundo Hall (1996), a desconstrução da dicotomia *Rest/West* passaria primeiramente, pela reinterpretação da história moderna a partir da lente pós-colonial, reinserindo e reinscrevendo o colonizado na modernidade, não como antagonismo analítico do Ocidente, mas como parte constitutiva essencial daquilo que foi construído discursivamente como moderno. Deste modo, implica-se em “desconstruir a história hegemônica da modernidade, evidenciando as relações materiais e simbólicas entre o “Ocidente” e o “resto” do mundo, de sorte a mostrar que tais termos correspondem a construções mentais sem correspondência empírica imediata.” (COSTA, 2006 p.121). Em suma, este é o projeto perseguido por Beck ao propor a virada cosmopolita a partir da construção da teoria social reconhecendo a pluralidade da modernização e as variedades desta modernidade.

Interconectado a questão seguinte, como seria possível o “Cosmopolitismo metodológico” derrubar os muros do eurocentrismo e ocidentalização que incorre a maioria das teorias dominantes na sociologia contemporânea (Bourdieu, Coleman, Foucault, Giddens, Goffman, Habermas, Luhmann, Meyer, Parsons) e inclusive sua teoria da Sociedade de Risco e modernização reflexiva? Beck e Grande (2010) argumentam que, para tanto, haveria a necessidade de edificar uma nova arquitetura conceitual distinguindo dois tipos de teoria social: uma singular e outra plural. A teoria da sociedade no singular significa para os autores: uma sociedade nem nacional nem global, mas a sociedade absolutamente entendida em termos universais; ao passo que uma teoria das sociedades, no plural, refere-se aos múltiplos caminhos diferentes e contextos dos processos de modernização. Ainda segundo os autores, a teoria sociológica desde o seu início preocupou-se em formular uma teoria geral da sociedade (moderna) no singular (e identificar conceitos gerais, princípios, estruturas, sistemas e modos de ação social e mudança), e isto já não é

suficiente, se é que algum dia foi. Corrigindo sua teoria, Beck admite que: “Em sua formulação inicial a teoria da modernização reflexiva era muito mais uma teoria da modernidade “ocidental” em si”. (BECK e GRANDE, 2010, p.416).

Beck corrobora as críticas de cunho pós-colonial feitas diretamente por Costa (2003; 2004), e já antes dele por vários outros autores⁵, de que tese da sociedade de risco leva inevitavelmente ao erro categórico implicitamente aplicando conclusões de *uma* sociedade (singular) para *a* sociedade (em geral). Deste modo, Beck ambiciona um quadro de referência universal sem levar em conta os diferentes tipos de sociedades ocidentais e não ocidentais.

Beck também corrige seus postulados iniciais admitindo que o processo de modernização reflexiva não só produz novos imperativos cosmopolitas, como também reflete as maneiras pelas quais as constelações pré-modernas, primeira e segunda modernidades se sobrepõem de acordo com as múltiplas possibilidades de modernização. (BECK E GRANDE, 2010, p. 416). Desde modo, aceitando a crítica, Beck revigora sua teoria nos fundamentos dos estudos pós-coloniais.

Concluindo a interconexão entre modernidades e cosmopolitismo metodológico, Beck e Grande argumentam que na segunda modernidade, a construção da teoria social e política deve percorrer todo o caminho através da “pluralidade” dos caminhos de modernização, das experiências e projetos, dependências, interdependências e interações ocidentais e não-ocidentais. “ Isto é o que chamamos de “cosmopolitismo metodológico”: uma abordagem que tenha as variedades da modernidade e suas interdependências globais como ponto de partida para a reflexão teórica e pesquisa empírica. ” (BECK e GRANDE, 2010, p.412).

Em síntese, o projeto teórico analítico proposto por Beck atua em agregação a “desconstrução” (HALL, 1996) ou “desprovincialização” (COSTA, 2006) da teoria social marcado pela superação da polaridade ocidente/resto enquanto constituinte comum que une os diferentes autores identificados com o marco pós-colonial.

Em trabalhos mais recentes, Beck argumenta que a teoria da segunda modernidade, como qualquer outra teoria da sociedade, não pode simplesmente

⁵ Ver por exemplo Lash, 2000; Lash e Urry, 1994; Guivant, 2001; Elliott, 2002.

ser “aplicada” em contextos diferentes, em diferentes partes do mundo; nem pode operar em nível global. Estes conceitos têm de ser desconstruídos e redefinidos para diferentes situações sociais e históricas. Esse novo olhar (que não estava presente na teoria até da década de 1990), marca uma das intersecções entre esta perspectiva de análise em termos constituintes de uma “grande” teoria social com os estudos pós-colonialistas na medida em que corrobora das ideias de que os vários processos de modernização social foram entrelaçados desde o início, e que as sociedades individuais foram amarradas em complexas relações de dependência. (BECK e GRANDE, 2010, p.413).

Como enfatizado pelas diferentes abordagens pós-coloniais, entretanto, as teorias cunhadas para descrever o atual estágio da modernidade, de maneira geral, só servem para explicar as relações do “mundo atlântico” (ocidente). Deste modo, torna-se necessário a possibilidade de descontínuas transformações epistemológicas do entendimento da modernidade e conseqüentemente na própria Teoria da Modernização reflexiva. (Idem, p.415).

A “virada cosmopolita” de Beck Beck é também, portanto, uma crítica as premissas universalistas e expectativas da teoria inicial da modernização reflexiva. (Ver Beck, 1997, 2010). O autor argumenta que sua própria teoria teve de ser cosmopolitanizada. Visando uma ‘desprovincialização’ da teoria da modernização reflexiva, Beck indaga, como poderiam conceitos básicos como “individualização” e “risco” serem adaptados a uma perspectiva de múltiplas trajetórias da modernidade? Quais são as implicações teóricas no Leste Asiático, América do Sul, etc.? (Idem, p.420).

Multiplicidade da Modernidade ou Modernidades Múltiplas

Qualquer programa de pesquisa contemporâneo não pode ficar limitado ao campo metateórico que permeou o debate sociológico do século passado na dicotomia entre macro e micro⁶. O atual estágio da incursão da teoria social em geral e sociológica em especial, abre seus flancos para debater e teorizar sobre os dilemas e problemas das relações sociais do século XXI. Neste contexto de questionar a superação da modernidade, do reconhecimento das várias

⁶ Por exemplo: para Giddens, a unidade de análise micro é a ação e a unidade de análise macro é a estrutura. Para Habermas, a unidade micro é o mundo da vida, já a macro é o sistema. Para Bourdieu, a micro é o habitus, a macro é o campo, etc.

possibilidades de construção, reconstrução e interpretação da modernidade, de interdependências e interações ocidentais e não-ocidentais, a questão que segue é a de entender o que o pensamento contemporâneo de inspiração weberiana⁷ tem a dizer neste contexto de relações sociais interconectadas e transnacionais onde até a racionalidade instrumental é colocada em xeque.

Tanto Weber, quanto Marx e Durkheim apresentaram uma teoria da gênese da modernidade assumindo como premissa a existência de uma única versão ocidental europeia. O problema básico, eurocentrismo e ocidentalização, continua com a maioria das teorias dominantes na sociologia contemporânea.

Se para Weber, um dos principais objetivos de sua obra era entender e explicar o surgimento da racionalidade moderna no início do século XX, o primeiro passo da teoria de Beck (1991: 22-3), a sociedade de risco, “designa essencialmente uma condição das sociedades contemporâneas, nas quais os riscos sociais, individuais, políticos e econômicos tendem, de forma crescente, a escapar à proteção, controle e monitoração da sociedade industrial”. Para o autor, Weber e os demais autores do início da sociologia estariam preocupados em explicar o primeiro estágio da modernidade designada de sociedade industrial. Desde modo, existiriam dois estágios distintos para estas duas realidades sociais, ou seja, sua teoria, a sociedade de risco, seria uma explicação para esta realidade que sucede à sociedade industrial; uma tese para este segundo estágio da modernidade (segunda modernidade), ou (com o mesmo sentido prático) a sociedade de risco emerge em resposta à obsolescência da sociedade industrial. (Beck, 1997).

Shmuel Eisenstadt (2001), um expoente do pensamento neoweberiano contemporâneo, mostra que a institucionalização da ordem social moderna, desde o seu início, trata-se de um processo multifacetado. Ou seja, alcançado um determinado estágio evolutivo, múltiplas alternativas de desenvolvimento são

⁷ Retomar o pensamento weberiano como uma proposta concorrente no quadro multiparadigmático da teoria sociológica não é isento de controvérsias e múltiplas interpretações. Estas “divergências sobre as vias de atualização da teoria sociológica de Weber não se resume apenas a sua natureza epistemológica, mas estende-se também sobre o próprio conteúdo das questões e problemas a serem trabalhados e aprofundados” (SELL, 2014, p.37). Vários autores (Wolfgang Schluchter, 2005; Shmuel Eisenstadt, 2001; Gert Albert, 2010, entre outros) buscam sistematizar e discutir criticamente esta vertente de teoria social neoweberiana e suas diversas vertentes.

abertas, e conseqüentemente múltiplos processos de modernização passam a existir.

Eisenstadt (2001), a partir de sua teorização weberiana da religião, desenvolveu teses e premissas fundamentais sobre modernidades múltiplas. A ideia de modernidades múltiplas de Eisenstadt pressupõe que a melhor forma de compreender o mundo contemporâneo, e desta forma redesenhar a concepção de modernidade e suas vicissitudes, é entendê-la a partir do prisma culturalista, ou seja, conceber as “nuances” da modernidade a partir da história de constituição e reconstituição contínua de uma multiplicidade de programas culturais que emergiram e emergem simultaneamente ao redor do globo, conectados ou não.

De maneira geral, os autores que compartilham a perspectiva das modernidades múltiplas percebem que a modernidade é antes de tudo um “programa cultural” e, mais precisamente na esteira culturalista, uma multiplicidade de tais programas, não uma realidade institucional (Eisenstadt, 2001).

O termo “modernidades múltiplas” tem duas implicações importantes na perspectiva culturalista de Eisenstadt (2001). A primeira é que modernidade e ocidentalização do mundo não são e não podem ser entendidas como categorias análogas. Deste modo, o padrão, ou padrões, ocidentais de modernidade não constituem a única modernidade “autêntica”, mesmo considerando-a como historicamente precedente e continuamente referenciada para outras visões da modernidade. Não existiria nem mesmo um arcabouço conceitual estanque que possa definir o que é a gênese da modernidade, porque mesmo em sua gênese a modernidade não foi única, mas sim um contínuo de acontecimentos contingentes. Em outras palavras, trata-se de relativizar explicitamente ao projeto político-cultural moderno que se irradiou a partir da Europa de maneira a reconhecer que a medida em que ele se expande para outras regiões do planeta vai adquirindo formas diferentes. A segunda, explicitamente conectada a primeira, é que os processos decorrentes desse reconhecimento geram modernidades não estáticas, pois este processo não se esgotaria e, portanto, encontram-se em constante mutação.

A maneira com que Eisenstadt (2001), Beck e Grande (2010) conferem corpo as suas formulações, nos parece direcionar ao mesmo caminho que

outrora Beck, Antony Giddens e Scott Lash trilharam para discutir os conceitos de segunda modernidade, alta modernidade e modernidade tardia⁸. Ambos estão falando do mesmo ponto final e chegam a conclusões semelhantes (obviamente existem divergências também), contudo, percorreram caminhos totalmente diferentes. Eisenstadt, metodologicamente, adota o esquema sociológico weberiano de Schluchter, “no qual são divisados três níveis diferentes de análise: o nível da ação, o nível das instituições (ordem social) e o nível da cultura (civilizações). A partir destas balizas gerais, o autor distingue entre dois momentos diversos da história social: a primeira era axial e a segunda era axial” (Eisenstadt, 1982 e 1986 apud Sell, 2014).

A primeira era axial se refere ao tempo social em que a distinção entre o transcendente (Sagrado) e o imanente (Profano) nas mais representativas religiões do mundo detinham um princípio unificador. Contudo, para marcar um princípio de diferença no interior da primeira era axial, Eisenstadt argumenta que onde as religiões (predominantemente) foram controladas por elites seculares, a sua organização e ordenamento social foi marcada pela sacralização do profano (caso da China). Por outro lado, onde as religiões são controladas por elites religiosas, o ordenamento social é fortalecido pela possibilidade de transcendência, tanto nas formas místico-especulativas (Hinduísmo e Budismo) quanto nas ascético-ativas (Judaísmo e Cristianismo).

A segunda era axial é constituída através de três elementos que estabelecem um “Princípio de unidade” e refletem sua tese de que a ordem social não pode mais ser concebida como divinamente dada, mas como um projeto a ser humanamente construído. Primeiro, a partir de um projeto/programa político cultural alicerçado na ideia de reflexividade (em sua conotação culturalista) e autonomia da modernidade a partir da esfera política. Segundo, existiria *a priori* apenas uma única modernidade que representa um desdobramento da civilização judaico-cristã que em determinado momento (iluminismo e talvez o triunfo da ciência moderna), ao romper com a prioridade da ordem transcendente, reduziu o real à dimensão secular. Por fim, Eisenstadt argumenta que a partir da incorporação do protesto ao núcleo do processo

⁸ Ver BECK, U; GIDDENS, A. & LASH, S.: Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1997.

político e de novas formas de definição de identidades coletivas houve uma carismatização do centro do sistema político.

Eisenstadt tenta demonstrar com a distinção entre as eras axiais a gênese e expansão da modernidade. A primeira era axial representa a sobreposição da esfera da religião sobre todas as outras esferas da vida social (econômica, social, política etc.) como ordem autônoma tanto nos fundamentos emanados como em sua própria legalidade interna. Com a racionalização e o desencantamento na segunda era axial as esferas vão se diferenciando e entrando em conflito (ou se contingenciando), formando uma constelação de diferenciação em cada local. Seguindo a perspectiva, por exemplo, poderíamos afirmar que na Europa a esfera da ciência se diferencia da esfera da religião, todavia em alguns países islâmicos ou no Estado do Vaticano elas não estão efetivamente separadas, pois a esfera religiosa sobrepõe a ciência. Deste modo, a modernidade é uma constelação histórica possível, não homogênea e que se estende plasticamente de acordo com os conflitos e configurações históricas locais com as quais se confronta.

Eisenstadt reconhece a existência conflitiva de duas visões básicas de composição do moderno, a versão universalizante (*Zweckrationalität*) e uma versão particularista (*Wertrationalität*) de implementação das premissas básicas do moderno. Deste modo, apesar de sua resposta a constituição da modernidade basear-se no modelo europeu, que tem o princípio de unidade caracterizada resumidamente pelo rompimento da transcendência e estabelecimento da reflexividade na organicidade da ordem política e social, seria possível variações da modernidade. Deste modo, portanto, através de diferentes respostas a este princípio ontológico básico de modernidade europeia. Por outro lado, embora o autor entenda que a primeira⁹ ou o início do projeto de modernidade tenha se formado no contexto europeu, isto não significa que sua expansão posterior para outras regiões do planeta seja apenas uma cópia deste projeto original.

Thomas Schwinn (2016), outro representante do pensamento neoweberiano, todavia, esclarece que as sociedades precursoras não europeias tais como Japão e China, só seriam capazes de definir poucos aspectos e não em um sentido completo os padrões de modernidade. Deste modo, em oposição

⁹ No sentido da que veio primeiro, para não confundir com a primeira modernidade de Beck.

aos fundamentos do pensamento pós-colonial “os caminhos da modernidade dirigem-se não a modernidades fundamentalmente novas, mas são o resultado de processos de aprendizado e troca”. (SCHWINN, 2016 p.230).

A modernidade é caracterizada, segundo Schwinn (2016), pela organização de determinados princípios que se difundem a nível internacional a partir de distintas institucionalizações e capacidades de globalização de ideias condutoras e distintas constelações nas quais as organizações se colocam. Entretanto, é preciso levar em consideração as condições contemporâneas, legados culturais e estruturais. Como resultado deste processo é que temos as variâncias de reprodução da modernidade.

Beck, por sua vez, faz a distinção entre primeira modernidade, considerando a sociedade resultante da primeira e segunda revolução industrial, e segunda modernidade que é o fruto do resultado do desenvolvimento político reflexivo (modernização reflexiva) e sociotécnico da primeira modernidade. Existe a partir dessa confrontação, uma limitação da racionalidade técnica, da ciência e dos técnicos ao não conseguirem prever e controlar os riscos decorrentes desse desenvolvimento. (BECK, 2010). A ciência atual seria uma das causas de diversos riscos da contemporaneidade, e este fato, conduziu à quebra do monopólio da racionalidade científica na definição do risco.

Segundo Beck o conceito de risco continua em desenvolvimento nas sociedades contemporâneas, mas traduz a ideia de incontrolabilidade científica, técnica e social. Um dos principais argumentos de Beck (1997, 2006, 2010) é de que na segunda modernidade, ou na sociedade global de risco, a ciência e a racionalidade técnica tem um papel ambivalente, se por um lado ela é, sem dúvida, a fonte de soluções, por outro, é também a fonte de problemas. Contudo, esses problemas não são o produto de uma crise da ciência, da modernidade, ou do capitalismo, mas sim, um produto de suas vitórias (Beck, 1997, 2010). Ou seja, trata-se do caráter autoreflexivo e autônomo que a modernidade adquire para enfrentar seus problemas.

É preciso ressaltar que Beck nega sua filiação ou inspiração weberiana, pois sua categoria fundamental, risco, defende um tipo de pensamento e ação social que não foi percebida por Weber. Segundo Beck, o risco é pós-tradicional e, em certo sentido, pós-racional, pelo menos no sentido de não ser mais instrumentalmente racional tal qual a estrutura do “paradigma” (ou programa de

pesquisa) weberiano. Entretanto, admite o autor, os riscos têm sua origem precisamente no triunfo da ordem instrumentalmente racional. Somente depois da normalização, seja de um desenvolvimento industrial além dos limites do seguro, seja do questionamento e da forma perceptível de risco, torna-se reconhecível que as questões de risco são anuladas e fragmentam-se, por seus próprios meios e de dentro para fora, nas questões de ordem. (Beck, 1997 p.20).

Neste ponto, enfim distinguimos a diferença entre as noções weberiana de modernidades múltiplas e a noção de Beck que se aproxima aos autores do pós-colonialismo de multiplicidade da modernidade. Para Einsenstad (1982, 2001), Sell (2013, 2014), Schluchter (1981), Schwinn (2016) e demais pensadores de um programa de pesquisa weberiano no século XXI, apesar de não haver uma única gênese da modernidade, sendo sua institucionalização multifacetada e marcada pela “racionalização da vida” que se traduziu em uma ordem reflexiva e metodológica não transcendente, trata-se de um paradigma iluminista e de berço europeu. Isso não significa que este projeto moderno foi simplesmente levado a cabo, traduzido e repetido por conta de sua dinâmica intrínseca, em outras situações e contextos do mundo. Pelo contrário, para utilizar a argumentação de Einsenstad, a medida em que este projeto de racionalização e reflexividade da modernidade europeia se expandiu quantitativamente para outras partes do planeta, ele adquire novas formas e características qualitativas. É neste sentido que o programa de pesquisa de inspiração weberiana entende a existência hoje de “modernidades múltiplas”, ou seja, trata-se de variações ou variedades do mesmo projeto moderno resultante do processo irremediável da racionalização weberiana.

A partir dessa premissa de um único projeto moderno que se irradia pelo mundo, modificando-se e conseqüentemente criando variedades do projeto de modernidade, Einsenstad (2001) descreve esta expansão em duas ondas. A primeira onda, segundo o autor, ocorre apenas no ocidente, durante a expansão da civilização judaico-cristã para as "Duas Américas"¹⁰, enquanto recriações do projeto moderno operados por elites locais com interesses distintos. Deste processo nasce as duas primeiras variáveis extra-europeias do projeto moderno. A segunda onda de expansão, segundo Einsenstad, ocorre após a segunda-

¹⁰ Distinção entre a América anglo-saxônica (EUA e Canadá), sob influência saxã, sobretudo britânica e a América latina, sob influência espanhola e portuguesa.

guerra mundial, quando a expansão da modernidade europeia ultrapassa os marcos da civilização judaico-cristã e atinge os continentes asiático e africano. Todavia, ao contrário da primeira onda, nestes territórios, a expansão do projeto moderno ocorre tangencialmente em um ambiente cultural no qual já existem outras civilizações axiais com tradições milenares.

Beck a partir da crítica e contribuições pós-coloniais, reconhece a pluralidade da modernização e a necessidade de não incorrer no erro categórico aplicando conclusões de uma sociedade singular para a sociedade em geral. Para um quadro de referência universal da teoria social seria necessário levar em consideração as diferentes variáveis de sociedades ocidentais e não ocidentais que emergem a partir de diferentes projetos de modernidade. Beck também corrige seus postulados iniciais admitindo que o processo de modernização reflexiva não só produz novos imperativos cosmopolitas, como também reflete as maneiras pelas quais as constelações pré-modernas, primeira e segunda modernidade se sobrepõem de acordo com as múltiplas possibilidades de modernização.

A perspectiva neweberiana de Eisenstadt (2001), Schwinn (2016) e outros é que a diversidade da modernidade é resultado de sua dispersão e não de sua gênese histórica. Deste modo, a perspectiva de Beck e outros autores pós-coloniais estariam equivocados ao relacionar a diversidade da modernidade com a legítima mudança de perspectiva do olhar da periferia em direção ao centro. Schwinn (2016) faz duras críticas a perspectiva pós-colonial para o qual

a adoção de uma gênese da Modernidade multi-centrada e historicamente relacional seria uma projeção “para trás” do presente, que parte da necessidade de auxiliar o Outro e o Oprimido na direção de seu direito. De acordo com essa perspectiva, eles também devem participar da história da Modernidade. O que leva, porém, a uma distorção normativa dos processos históricos, no sentido de que em todo lugar seriam descobertas raízes sociais e culturais da Modernidade. (SCHWINN, 2016 p.235).

Na esteira das análises comparativas weberianas é possível conceber distintos processos de racionalização, contudo estes não são suficientes para caracterizar a modernidade, que embora contingente é um arranjo com determinantes ocidentais e sobretudo europeus. Nessa perspectiva “as periferias não colocaram a engrenagem do desenvolvimento europeu em movimento”. (SCHWINN, 2016 p.236).

Mas quantas modernidades existem? Na perspectiva neoweberiana de Einsenstad e outros parece implicar que existem tantas modernidades como as sociedades modernas. Sem entrar no mérito da argumentação pós-colonial, temos um quadro distinto desta corrente e do paradigma neoweberiano. Poderíamos resumir que para o projeto neoweberiano¹¹ a modernidade é múltipla a partir do reconhecimento de que ela se origina no contexto europeu, mas ao se expandir e se confrontar com os diversos contextos e características históricas do resto do mundo, ganha qualitativamente características distintivas. Segundo Björn Wittrock (2000), seguindo a perspectiva das eras axiais de Einsenstad e a inevitável racionalização weberiana, não existem apenas muitas variedades diferentes de modernidade fora do hemisfério ocidental, mas também dentro dele. Deste modo a modernidade brasileira difere da portuguesa, que difere da francesa, que é diferente da modernidade alemã, que por sua vez difere da inglesa que difere da modernidade estadunidense e assim sucessivamente. Todavia isso não é o ponto mais importante deste paradigma de múltiplas modificações e expansão da modernidade, mesmo que substancialmente consistente com algumas das suas afirmações. O ponto principal é que a modernidade se torna plural porque existem categorias e conceitos epistemologicamente endêmicos às diferentes sociedades que não podem ser totalmente compreendidos nos termos desenvolvidos para dar sentido à uma única versão de modernidade.

Por outro lado, a versão que Beck compartilha da perspectiva pós-colonial implica que existem também várias modernidades, porém no sentido de que diferentes processos de modernização são/foram possíveis a partir da reinterpretação da história moderna a partir da lente pós-colonial que insere e reinscreve a modernidade no singular com as perspectivas do colonizado também no singular (não apenas como antagonismo analítico do ocidente ou do projeto europeu). Tendo a gênese da modernidade em múltiplos centros é possível falar da multiplicidade da modernidade no singular sem, no entanto, desconsiderar as diferenças entre epistemologias independentes, e mesmo aquelas desterritorializadas. Isso se traduz em múltiplas possibilidades constitutivas e discursivas daquilo que chamamos de moderno. Deste modo,

¹¹ A partir da leitura de Einsenstad, Schwinn, Sell, Schluchter e Wittrock.

implica-se em reconhecer não só múltiplos projetos de modernidade, mas também reinterpretar a construção da teoria social reconhecendo a pluralidade da modernização e as variedades desta modernidade.

Se para os neoweberiano temos uma trajetória da modernidade contingente, tendo substantivas variações tanto na sua gênese quanto no seu processo de expansão, se tornando múltipla, para Beck temos vários processos de modernização que são entrelaçados em complexas relações de dependência.

Enquanto os neoweberianos insistem na enunciação de que o processo de produção da modernidade tem sua origem europeia, privilegiando modelos e conteúdos discursivos próprios da cultura dos países europeus, reproduzindo a lógica da relação colonial e tratando os processos de transformação “modernizante” ocorridos nas sociedades “não europeias” como resultado de suas relações com a “racionalização instrumental” eurocêntrica. Para Beck e outros que pensam a multiplicidade do processo de modernização é necessário superar a polaridade ocidente/resto e repensar como e se poderiam os conceitos básicos da teoria social serem adaptados ou repensados desde uma perspectiva epistemológica de múltiplas trajetórias da modernidade.

A noção de modernidades múltiplas sugere um caminho de aprendizado, conflito e troca entre as sociedades¹²; A noção de multiplicidade da modernidade suscita dúvidas quanto à solidez desta proposição, pois, considerando as diferentes constelações de processos de modernização, é crítica ao universalismo epistemológico da modernidade e concentra-se tanto nas instituições como nas possibilidades culturais e fenômenos transnacionais que moldam a sociedade abaixo do Estado-nação.

Por fim, ambas as perspectivas apontam como resultado uma diversidade da modernidade, de modo que me parece existir uma tendência de superestimar as diferenças existentes. Assim, devemos também nos proteger contra uma relativização das especificidades da modernidade. Portanto, seja pelo processo de aprendizado e troca ou pluralidade da modernização, é necessário na pesquisa empírica ser específicos quanto a natureza e as motivações das diferenças que identificamos existir.

¹² Geralmente expresso no erro categórico de equiparação das epistemologias de sociedade aos Estados nação, mantendo-se naquilo que Beck e Sznaider (2006) chamam de “nacionalismo metodológico”.

Referências bibliográficas

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**, p. 11-71, 1997.

_____. **The cosmopolitan perspective: sociology of the second age of modernity**. British Journal of Sociology Vol. No. 51, 1 (January/March 2000) p. 79–105.

_____. **Sociedade de Risco: Rumo a Uma Outra Modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECK, U; SZNAIDER, N. **Unpacking cosmopolitanism for the Social Sciences: A Research Agenda**. British Journal of Sociology, v.57, n.1, p.1–23, 2006.

BECK. U; GRANDE. **Varieties of second modernity: the cosmopolitan turn in social and political theory and research**. British Journal of Sociology, v.61, n.3, p.409-444, 2010.

BECK. U; LEVY. D. **Cosmopolitanized Nations: Re-imagining Collectivity in World Risk Society**. Theory Culture Society (online), 2013. Disponível em: <<http://tcs.sagepub.com/content/early/2013/02/07/0263276412457223>>. Acesso em 24/05/2015.

COSTA, Sérgio. **Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva**. Tempo Social, v.16, n.2, p. 73-100, 2004.

_____. **Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2006, vol.21, no.60, p.117-134

EISENSTADT, Shmuel. **The Axial Age: The Emergence of Transcendental Visions and the Rise of the Clerics**. Archives Européennes de Sociologie, vol. 23, pp. 299-314, 1982.

_____. **Modernidades múltiplas**. Sociologia, 2011, n.35, p. 139-163, 2001.

GUIVANT, Júlia. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Bech: entre o diagnóstico e a profecia**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v.16, abril, p.95-112, 2001.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a Racionalização da Vida**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

_____. **Weber no Século XXI: Desafios e Dilemas de um Paradigma Weberiano**. Dados, Rio de Janeiro, v. 57, n.1, mar. 2014.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **The Rise of Western Rationalism: Max Webers Developmental History**. Berkeley: Berkeley University Press, 1981.

SCHWINN, Thomas. **Aspectos e problemas de uma compreensão plural de modernidade**. Revista de Teoria da História, v. 16, n. 2, p. 223-256, 2016.

WITTRÖCK, Björn. **Modernity: One, None, or Many? European Origins and Modernity as a Global Condition**. Daedalus, v. 129, n. 1, p. 31-60, 2000.